



<b>Ata da 107ª Reunião Ordinária do Comitê do Lago Guaíba</b>	Data: 16 de maio de 2017
	Horário: 14h00min
	Local: Auditório da ACOMBA - Porto Alegre
Presidida por: Manuel Salvaterra e Paulo Germano	Secretariada por: Kelli Nascimento Andrade
<b>Membros:</b> Airana Ramalho do Canto – DMAE; Lariane Schossler de Brites - CORSAN; Paulo Cesar Cardoso Germano - CORSAN; Antonio Carlos Pedreira - PREFEITURA DE GUAÍBA; Carlos Fabiano Alteneta Garss - DMAE; Guinever Machado Bandeira - CORSAN; Adriano Skrebsky Reinheimer; Maurem Kayna Alves – AGEFLOR; Clóvis Zimmer - SINPASUL; Laercio Thadeu de Paula – SINDAREIA; Eduíno de Mattos - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 10 DE JUNHO; Lothar Adalberto Markus - ACOMBA; Edna Yara Salgado – ACOMBA; Alpha Teixeira – LIONS CLUB; João Torres - ROTARY CLUB; Suzana Medianeira Lunardi – EMATER; Elisabeth Ibi Frimm Krieger - IFRS; Kathia V Monteiro - INSTITUTO AUGUSTO CARNEIRO; Ilgo Kopplin - APTA; Manuel Salvaterra - APEQ/RS; Artur Ferrari Ferreira – ABES/RS; Ana Lúcia Pereira Flores Cruz - SINDIÁGUA; Adriano Schorr - CPRM	
<b>Convidados:</b> Alberto Becker – Comando Ambiental da Brigada Militar; Luiz Francisco Costa – SINDUSCON; Ivam Luis Zanette - AGABRITAS; Danilo Souza - SINDICATO RURAL DE VIAMÃO; Luiz Severo – FRACAB; Verônica Della Mea - IBRAM; Themyse Ferri - UNILASALLE	

1 Aos dezesseis dias do mês de maio de 2017, às 14h00min, ocorreu a 107ª Reunião Ordinária do  
2 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, no Auditório da Associação  
3 Comunitária dos Moradores do Bairro Anchieta/ACOMBA, localizado na Av. Jaime Vignoli, nº  
4 350, bairro Anchieta, Porto Alegre/RS, com a pauta:

- 5 **1. Expediente**
- 6 **2. Aprovação da Ata da 106ª Reunião Ordinária, ocorrida na CORSAN, em 18/04/17;**
- 7 **3. Projeto BiodiverCidade: apresentação do Grupo e Situação do Arroio Araçá, Biólogo Daniel**  
8 **Santos;**
- 9 **4. Apropriação do PLANO DE AÇÕES do Plano da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba:**  
10 **apresentação das ações implementadas pelos Setores de Saneamento (Dmae/CORSAN) e**  
11 **de Indústria (SINDIBRITAS);**
- 12 **5. Assuntos Gerais.**

13 O Presidente Manuel Salvaterra deu as boas vindas, agradeceu a acolhida dos representantes da  
14 ACOMBA, Lothar e Edna e reiterou a pauta. Na seqüência, lembrou que a Sede do Comitê  
15 encontra-se instalada junto ao IFRS, que o endereço pode ser verificado nas convocações e que as  
16 reuniões de CPA passarão a ocorrer lá. Passou a palavra para a Secretária Kelli Andrade que  
17 procedeu com a leitura do **1. Expediente**, informando as justificativas de falta: Guilherme Lessa Bica  
18 da AMA, por compromisso de trabalho, Andrea de Oliveira Germano da CPRM, por estar de férias,  
19 Teresinha Guerra da UFRGS, por estar em viagem, Eduardo Fleck do DMLU, por compromisso  
20 profissional, Sandro Alex de Almeida do SINDIBRITAS, por estar em viagem e Gelcira por dificuldade  
21 financeira para deslocamento. O Presidente comunicou que foi participou de um evento na  
22 Faculdade de Jornalismo da UFRGS, sobre Comitês de Bacia, que quem ministrou a atividade foi  
23 Renato Ferreira do Ministério do Meio Ambiente, o qual mandou abraço para Alpha Teixeira e  
24 Astélio Santos. Passou para o item **2. Aprovação da Ata da 106ª Reunião Ordinária, ocorrida na**  
25 **CORSAN, em 18/04/17**, Kelli disse que foi incluído o nome de Adriano Schorr e efetuadas alteração  
26 de algumas falas, por solicitação do Dmae. A Ata foi então aprovada com ressalvas. O Vice

## Água: recurso precioso e finito



27 Presidente Paulo Germano fez relato de sua participação na reunião a Câmara Técnica da Região  
28 Hidrográfica do Lago Guaíba, disse que o ponto alto foi a discussão de uma Resolução que está para  
29 ser aprovada onde consta um memorial descritivo dos limites das Bacias Hidrográficas do RS. Kelli  
30 explicou que referente ao Convênio 013/2016, a razão de terem recebido R\$ 94.300,00 ao invés de  
31 R\$ 100.000,00 foi o contingenciamento por parte da CAGE da verba destinada para aquisição de  
32 bens permanentes. Que este contingenciamento acaba por prejudicar o Comitê, pois estão  
33 precisando comprar computador, impressora, entre outros. O Presidente informou a data de  
34 realização da Oficina de Comunicação: 20 de junho de 2017, disse que o local estava sendo definido  
35 e ressaltou a importância de as Entidades designarem seus profissionais da área de Comunicação  
36 para contribuir. Relembrou que a Diretoria participou do evento de divulgação do PROCOMITES,  
37 onde puderam verificar que a ação prioritária é de Comunicação, que estão alinhados pelo fato de  
38 estarem programando a realização da referida Oficina. **Passou para o item 3. Projeto**  
39 **BiodiverCidade: apresentação do Grupo e Situação do Arroio Araçá, Biólogo Daniel Santos,**  
40 anunciou a Professora Pedagoga Maria Inês Pacheco para apresentação. Ela apresentou os colegas,  
41 Biólogos Jaqueline e Rodrigo, disse que estavam ali por intermédio do Biólogo Daniel Santos,  
42 idealizador do Projeto BiodiverCidade, surgido em Canoas, o qual visa a articulação com  
43 diversas instâncias da sociedade para proteção e monitoramento do Arroio Araçá. Que os dados de  
44 monitoramento são da Secretaria de Meio Ambiente e que procuram envolver a comunidade para  
45 auxiliar na proteção, por meio de ações de educação ambiental. Projetou um mapa com os pontos  
46 de monitoramento (nascentes), argumentou que trouxeram o assunto para a reunião do Comitê do  
47 Lago Guaíba por considerarem que o Arroio pertence à Bacia Hidrográfica e o Presidente disse que  
48 é um dos formadores. Ressaltou a necessidade de conhecer para preservar, disse que a grande  
49 maioria da população não sabe de sua existência, nem de sua importância. Não conhecem sua  
50 nascente, os pontos nos quais cruza a cidade, onde deságua, muito menos sua situação de  
51 degradação. Prosseguiu com apresentação, demonstrou os pontos de degradação, instalação de  
52 empreendimentos em área que deveria ser preservada, o registros das ações de educação  
53 ambiental, explicou a metodologia adotada no Projeto BiodiverCidade, que visa a sensibilização da  
54 comunidade para a proteção. Disse que é notória a inércia dos administradores do município,  
55 finalizou afirmando que não é possível que diante de legislação ambiental rigorosa, a situação tenha  
56 chegado a este ponto. O Presidente perguntou qual o posicionamento da Secretaria de Meio  
57 Ambiente, uma vez que o licenciamento é municipal e Inês disse que não há rigor na aprovação dos  
58 projetos, que o assunto não está sendo considerado. Que este é o questionamento que se faz,  
59 da responsabilidade da Secretaria, das ações efetivas para a proteção e preservação. Ilgo perguntou  
60 qual seria o procedimento adequado e Inês disse que seria a conscientização da comunidade e  
61 maior envolvimento do Poder Público. Eduíno disse que deve haver maior pressão para que os  
62 municípios cumpram com o estabelecido na Lei, que como pode ser verificado, sequer há a  
63 participação de representantes do Legislativo Municipal e Estadual no Comitê do Lago Guaíba. O  
64 Presidente lembrou que em reunião na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, cobrou do  
65 Vereador Sgarbossa participação no Comitê do Lago Guaíba, que o mesmo participou de apenas  
66 duas reuniões e disse que ninguém tem interesse em participar, nem mesmo ele. Propôs então que  
67 se chamasse a Secretaria Municipal de Canoas para apresentação de seu posicionamento a respeito  
68 da situação do Arroio Araçá. Edna Yara parabenizou a iniciativa do Projeto e relatou memória  
69 afetiva com o Arroio Araçá. Alpha elogiou o levantamento apresentado, falou da contaminação e da  
70 necessidade de proteção e sugeriu que a situação fosse relatada à SEMA para que a mesma insira

### **Água: recurso precioso e finito**



71 em seus trabalhos um estudo detalhado sobre o Arroio Araçá. Inês finalizou e agradeceu a  
72 oportunidade de apresentação do projeto. Elizabeth Krieger disse que é necessário  
73 acompanhamento da situação em todo o país. Que se o empreendimento necessita licenciamento,  
74 deve-se monitorar para ver se a legislação está sendo atendida. Que como cidadãos devem ter  
75 conhecimento da Lei de Crimes Ambientais em caso necessário, proceder com denúncias. O  
76 Presidente chamou atenção para o fato de que passou a ser 20 ha a área licenciável pelo município.  
77 Disse também que na revisão do Plano de Bacia, deverão incluir maiores estudos sobre os arroios.  
78 Edna Yara sugeriu chamar o Promotor Eduardo Viegas, que está tratando de verbas para proteção  
79 dos arroios, para a próxima reunião do Comitê do Lago Guaíba, o Presidente disse que bastaria  
80 passar o contato, que o convite seria encaminhado. No item **4. Apropriação do PLANO DE AÇÕES**  
81 **do Plano da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba: apresentação das ações implementadas pelos**  
82 **Setores de Saneamento (Dmae/CORSAN) e de Indústria (SINDIBRITAS)** e chamou o representante  
83 do SINDIBRITAS, Ivam Zanette para apresentação. Ele disse que não é membro do Comitê, mas que  
84 fora designado para representar Fernando Machado, este sim, membro titular, na Categoria, uma  
85 vez que ele estava em viagem. Passou a apresentar, via power point: “Lago Guaíba: potencial para  
86 agregados minerais e Plano de Ações”, contextualizou a mineração de agregados, usos,  
87 potencialidades, casos de mineração em outros países, entre outros e disse que o setor permanece  
88 aguardando a elaboração do Zoneamento Ambiental para Mineração de Areia no Lago Guaíba. O  
89 Presidente agradeceu e chamou Adriano Reinheimer, representante do Dmae para apresentar as  
90 ações implementadas. Adriano referiu o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB),  
91 instrumento exigido pela Lei Federal nº 11.445/2007 e seus Decretos regulamentadores: Decretos  
92 Federais nº 7.217/2010 e nº 8.211/2014, além de instituição da Portaria nº 507/2015, a qual contou  
93 com representantes de diversas Secretarias, Departamentos: DMAE, DEP, DMLU, SMS, SMURB e  
94 SMGL, além da colaboração da SMAM. Prosseguiu dizendo que foi aprovado pelo Decreto nº 19.275  
95 o Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Porto Alegre em 29 de dezembro de  
96 2015. A respeito de Esgotamento Sanitário, fez um resgate histórico do Plano Diretor de Esgotos, o  
97 qual teve edições em 1966, 1973, 1980 e 1999, sendo que a partir de 2013, tratou-se do PMSB e em  
98 2015 já estava incluso abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposição final de  
99 resíduos sólidos e drenagem urbana. Mostrou por meio de mapas, a unidade de planejamento e  
100 gestão, sendo as 28 bacias hidrográficas de Porto Alegre e os 10 Sistemas de Esgotamento Sanitário  
101 (SES). Ainda com auxílio de mapas, em Diagnóstico – Situação Existente, mencionou a população de  
102 Porto Alegre, 1.409.351 habitantes, 10 SES, 1925 km de redes coletoras e esgotos existentes, sendo  
103 que necessário é 4.184 km, ou seja, há um déficit de 2.269 km. Sobre tratamento de esgotos, disse  
104 que tem 5 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) em operação (Serraria, Sarandi, Navegantes,  
105 Belém Novo e Lami), 2 em desativação (Ipanema e Restinga) e 4 em núcleos isolados (Arvoredo,  
106 Bosque dos Maias, Rubem Berta e Esmeralda), portanto, 80% da capacidade instalada. Em  
107 Prognóstico - Objetivos e Metas (Planejamento), falou da previsão de crescimento populacional,  
108 onde haverá cenários de curto, médio e longo prazo até 2035, que as diretrizes de planejamento  
109 são sistema separador absoluto, coleta e tratamento por SES de forma centralizada ou integrada,  
110 obras de redes coletoras devem contemplar ligações intradomiciliares em áreas de baixa renda,  
111 trabalho técnico-socioambiental acompanhando a execução das obras, pré-existência de redes  
112 pluviais, sistema unitário (esgoto misto) apenas em casos especiais e de forma provisória, priorizar a  
113 interligação das redes existentes ao Sistema de Tratamento. Como exemplo citou o SES Cavahada –  
114 com posição planejada, no qual da análise da situação atual derivaram as necessidades futuras, com

### **Água: recurso precioso e finito**



115 população prevista para cada sub-bacia dentro do SES, coletores tronco necessários, Estações de  
116 Bombeamento (EBE), necessidade de implantação de ETE, quantificação das redes coletoras a  
117 implantar, considerando vias existentes e diretrizes viárias, priorização conforme densidade  
118 demográfica e possibilidade de interligação ao sistema de tratamento, além o fato de que  
119 demandas do Orçamento Participativo podem solicitar antecipação de obras. Demonstrou as  
120 estimativas de valores para implantação das obras necessárias (ref. ano 2015), por Sistema, a curto,  
121 médio e longo prazo, prosseguiu dizendo que ~~as linhas de ações~~ alguns programas do Dmae foram  
122 Monitoramento da Qualidade do Lago Guaíba, Programa Unificado de Ligações de Esgoto (PULE),  
123 Esgoto Certo, além de Ações para Emergência e Contingência. Que a visão do PULE é efetivar  
124 ligações nas redes existentes, garantir a execução das novas ligações (obras), desvincular redes com  
125 destino em Redes Pluviais, centralizar a gestão de Equipes do Esgoto Certo, Plano de comunicação  
126 preventivo e durante as ações, adequação da legislação municipal para ligação compulsória,  
127 reestruturação do processo de notificação, multa e execução de serviço para ligação compulsória.  
128 Ressaltou que a atitude cidadã e colaborativa da população é fundamental para que as ações sob  
129 responsabilidade e iniciativa do DMAE efetivamente aconteçam. Mostrou os indicadores  
130 correspondentes ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e disse que o Dmae  
131 acrescentou dois para os quais falta definir metodologia de implantação e acompanhamento.  
132 Finalizou informando a previsão de investimentos em esgotamento sanitário até 2035: R\$  
133 1.772.765.000,00, média R\$ 88,6 milhões/ano, disse que a viabilização das obras identificadas e  
134 mapeadas no PMSB se dará pelas ações de alinhamento com PPA/LDO/LOA (disponibilidade anual),  
135 adequação tarifária (em estudo pela PMPA), busca de recursos externos/recursos  
136 federais/financiamentos, equipe técnica/disponibilização de projetos, processos  
137 licitatórios/licenciamento ambiental, execução de obras/equipe técnica para supervisão, que o total  
138 de investimentos em 2016 foi de R\$ 63.265,98, com déficit de 25,3 milhões. Como consideração  
139 final disse que “a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, a manutenção da  
140 salubridade ambiental e a proteção dos ambientes naturais está indiscutivelmente ligada à  
141 prestação dos serviços de saneamento básico pelo poder público. O Plano Municipal de  
142 Saneamento Básico – PMSB elaborado para o Município de Porto Alegre consiste em um meio de se  
143 estabelecer a situação atual da prestação de serviços de saneamento no município, de se  
144 determinar onde se deseja chegar, e qual trajeto deverá ser percorrido para que se atinja a  
145 realidade futura estipulada pelo plano. Portanto, esperamos e confiamos no protagonismo do  
146 PMSB, no seu tempo de vigência, como agente propulsor de uma política de Estado e não de  
147 Gestão, tendo como aliados fortes, e de primeira hora, o fortalecimento institucional, a ampliação  
148 dos quadros técnicos e o foco na atividade fim. Sem dúvida, essas ações e atitudes somadas, são e  
149 serão fundamentais para o êxito da consolidação plena dos serviços públicos de Saneamento  
150 Ambiental na Capital dos Gaúchos. Uma vez que no Saneamento Ambiental a técnica deve sempre  
151 prevalecer, e a ferramenta principal para que isso se consolide são os seus planos, espera-se que a  
152 condução desse processo pelos Gestores Públicos aconteça de forma transversal e com assessoria  
153 técnica qualificada”. Finalizada a exposição, houveram os seguintes questionamentos e  
154 considerações: João Torres disse que em 2013 criaram um grupo que faz trabalho comunitário no  
155 bairro Belém Velho, que sempre reclamam que lá não há esgotamento sanitário e que mesmo assim  
156 são obrigados a pagar tarifa mensal. Adriano disse que existem duas modalidades de tarifação,  
157 porém para locais com sistema de esgotamento sanitário, que caso fosse constatado que na  
158 situação em questão não há sistema de esgotamento, pode-se rever a cobrança, bastando para isso

### **Água: recurso precioso e finito**








159 procurar o setor responsável. Eduíno quis saber quanto de fato é coletado e tratado de esgoto, haja  
160 vista a existência de clandestinidade no tangente tanto à água quanto ao esgoto. Disse que  
161 apresentaram o dado de 80% de tratamento, que este percentual se referia ao coletado e não ao  
162 produzido. Adriano disse que 80% se referia à capacidade instalada de tratamento, que o Dmae  
163 passou de 27% para 66% **de esgoto efetivamente tratado**. Que a capacidade só da ETE Serraria, por  
164 exemplo é de 4000 l/s, da ETE Sarandi, 133 l/s, ETE São João, 600 l/s, que a capacidade instalada  
165 atende aos setores com folga, que na verdade o que precisam é fazer com que a carga de  
166 contribuição chegue de fato nas ETE, conforme previsto no PMSB, que no abastecimento de água,  
167 o Dmae aplica balanço hídrico, que tem pleno conhecimento de perdas, que tem todos os números,  
168 os quais estão disponíveis. Airana disse que no Plano está identificado o que falta na estrutura, que  
169 no caso faltam redes coletoras nas casas, coletores tronco, EBE, entre outros. Nos casos em que  
170 está tudo implantado, ainda resta a dúvida sobre qual usuário está efetivamente ligado, o que  
171 justifica os Programas como o PULE, que estas são algumas variáveis que ainda precisam ser  
172 vencidas para que se chegue à efetivação. Que trabalham em diversas frentes, com trabalho técnico  
173 social, que não adotam afastamento de esgoto como era há anos atrás, que na verdade estão  
174 projetando redes com a finalidade de buscar os que destinam à rede pluvial. Que tem a questão da  
175 cobrança da tarifa mas também a responsabilidade ambiental. Que se está passando rede em frente  
176 à casa, o Dmae cobra tarifa 2 e contabiliza que aquele esgoto está entrando para sua rede, portanto  
177 destinada para uma ETE. Que são praticamente três situações, a que está corretamente ligada, a  
178 que tem rede do Dmae mas sem interligação ao sistema de tratamento e aquele em que não há  
179 rede em frente às casas. Eduíno perguntou sobre a previsão de implementação das ações do Plano  
180 de Bacia e Airana disse que esta foi a intenção da apresentação de Adriano, mostrar que quando foi  
181 feito o Plano de Bacia, o Dmae passou para a Consultoria o PMSB 2013, onde tinha o cronograma de  
182 obras de tudo que faltava, acompanhado de previsão orçamentária. Que com a revisão do PMSB em  
183 2015, identificaram as obras necessárias para atender toda a cidade, com a quantificação em  
184 valores. Rodrigo Müller perguntou sobre o destino do esgoto misto e Airana respondeu que vai para  
185 a rede do DEP por pressupor tratamento preliminar. Rodrigo também quis saber se há fiscalização  
186 nas residências quanto à ligação direta na rede pluvial e Airana disse que no ato da aprovação do  
187 projeto para recebimento do habite-se sim, pra outros casos há o Programa Esgoto Certo que  
188 recebe denúncias, onde o Dmae faz teste de corante para verificar a disponibilidade de rede.  
189 Rodrigo perguntou se o Dmae tem normativa para manutenção de sistema primário de tratamento  
190 de esgoto e Adriano disse que não e ressaltou que o Dmae não tem poder de fiscalização, que para  
191 casos necessários aciona a Vigilância Sanitária. Artur Ferrari quis saber se o Dmae tem estimativa de  
192 quantas ligações ainda são factíveis, Adriano disse que não e Artur perguntou se tem alguma  
193 empresa licenciada para receber lodo de fossa e Carlos Garss disse que a única ETE licenciada para  
194 tal é a Navegantes. Ilgo Kopplin disse que participa do Comitê do Lago há mais de dez anos, que se  
195 examinarem as Atas verão que mais de 50% do tempo é utilizado pela CORSAN e pelo Dmae, que  
196 esta situação o deixa frustrado, pois tais entidades não trazem dados, não apresentam nada, que a  
197 relação deles com a comunidade baseada em dinheiro. Clovis Zimmer disse que os números foram  
198 apresentados, que Ilgo não estava sendo coerente, que a nova ETE terá reflexos no futuro. Inês  
199 Pacheco quis saber quanto do orçamento está reservado para ações de educação ambiental e  
200 Airana disse que nas obras do PAC é obrigatória a previsão de 5% do orçamento para trabalho  
201 técnico social. Paulo Germano disse que se não estava enganado era um percentual de 3%.  
202 Aproveitou para comunicar que devido ao adiantado da hora não seriam apresentadas as ações

### **Água: recurso precioso e finito**



203 implementadas pela CORSAN, que ficaria para a próxima reunião, distribuiu exemplares da  
204 publicação do Projeto BiodiverCidade, procedeu com os **Encaminhamentos**: enviar Ofício às  
205 Entidades exigindo participação/assiduidade nas reuniões do Comitê; enviar Ofício à SEMA/RS  
206 relatando a apresentação feita sobre a situação do Arroio Araçá e solicitando estudo de qualidade  
207 das águas; convidar o Promotor Eduardo Viegas para falar da captação de recursos para proteção  
208 dos arroios, incluir estudo sobre a importância dos arroios na revisão do Plano de Bacia. Em **5.**  
209 **Assuntos Gerais**, Kathia Vasconcelos questionou os representantes do Dmae a respeito da proposta  
210 da Prefeitura de Porto Alegre, de dividir o Dmae entre duas Secretarias, disse que o assunto  
211 preocupa por se tratar de um trabalho de décadas que pode vir a se perder. Airana disse que não  
212 tinha informação oficial para passar, ~~que os boatos dizem~~ que a princípio o Dmae não sofrerá esta  
213 ruptura por ser uma Autarquia, ~~que poderiam ter que responder para duas Secretarias (SURB e~~  
214 ~~SEINFRA)~~ **mas pode ser que tenha que responder à duas Secretarias (Secretaria Municipal de**  
215 **Serviços Urbanos (SURB) e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade (SMIM).** Lothar  
216 agradeceu o fato de a ACOMBA ter sido prestigiada com a reunião do Comitê do Lago e relatou a  
217 dificuldade que estão enfrentando para ~~instalação~~ **o conserto** das bombas e que a bomba nº 1 foi  
218 **consertada** ~~que fora comprada~~ com recursos arrecadados entre os moradores e **empresários** para  
219 evitar alagamentos no bairro. Solicitou apoio dos representantes do Dmae. Paulo Germano  
220 lembrou as datas das próximas reuniões ordinárias: da CPA em 04/07 no IFRS e do Comitê, dia  
221 18/07, local a ser definido. Kelli informou que nos próximos dias será encaminhada a Ficha de  
222 inscrição para a Oficina, que a mesma deve ser preenchida e encaminhada o quanto antes. Paulo  
223 Germano agradeceu e encerrou a reunião.

224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240

 Manuel Salvaterra Presidente	 Paulo César C. Germano Vice-Presidente	 Kelli Nascimento Andrade Secretária Executiva
--	--	---

### Água: recurso precioso e finito



## ***Água: recurso precioso e finito***